

ENSINO DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA UM CAMINHO EMANCIPATÓRIO

TEACHING PHILOSOPHY AND EDUCATION FOR YOUNG PEOPLE AND ADULTS - EJA:
CHALLENGES AND PERSPECTIVES FOR AN EMANCIPATORY PATH

Janaina Barbosa Da Silva¹
Rosemary Marinho Da Silva²

Resumo:

O ensino de filosofia, na Educação de Jovens e Adultos – EJA, enfrenta desafios significativos, como por exemplo, à diversidade de faixas etárias, níveis variados de aprendizagens e trajetórias de vida marcada por uma invisibilidade que distancia estudantes jovens-adultos/as e adultos/as da sala de aula. Como também é possível o vislumbre de perspectivas para uma construção de pensamento emancipatório. Nesta direção, o objetivo geral, deste artigo, é compreender os principais desafios enfrentados no ensino de Filosofia dentro da Educação de Jovens e Adultos, como também perspectivas para um caminho emancipatório. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica. Um dos principais desafios é o enfrentamento da disputa entre a visão mercadológica e a posição de sujeitos de direito dentro do próprio sistema escolar. O ensino de filosofia, quando praticado como uma atividade filosófica, de modo contextualizado, pode se transformar em um instrumento emancipatório na construção do pensamento conceitual. Para isso, um ensino dialogado com a vivência plural oferece pontes entre a historicidade da Filosofia e as realidades das turmas da EJA. A sensibilização para a vivência do/da estudante, acolhendo-o/a e envolvendo-o/a nas aulas, no sentido do pensamento questionador e emancipatório, se torna uma perspectiva para o ensino da filosofia na EJA. Com isso, faz-se imprescindível o investimento em formação continuada específica para professores/as, a adaptação dos materiais didáticos às realidades plurais e a valorização dessa disciplina dentro dos currículos escolares para a inclusão social e o exercício emancipatório enquanto cidadão e sujeito de direito e conhecimento transformador.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia; Educação de Jovens e Adultos; Emancipação

Abstract:

The teaching of philosophy in Youth and Adult Education – YAE faces significant challenges, such as the diversity of age groups, varying levels of learning, and life trajectories marked by an invisibility that distances young adult and adult students from the classroom. At the same time, it is possible to glimpse perspectives for the construction of emancipatory thinking. In this direction, the general objective of this article is to understand the main challenges faced in the teaching of Philosophy within Youth and Adult Education, as well as perspectives for an emancipatory path. The methodology used was a literature review. One of the main challenges is addressing the dispute between the market-oriented view and the position of rights-bearing individuals within the school system itself. Philosophy teaching, when practiced as a philosophical activity in a contextualized way, can become an emancipatory tool in the construction of conceptual thought. For this, teaching that engages in dialogue with plural experiences offers bridges between the historicity of Philosophy and the realities of adult education classes. Raising awareness of the student's experience, welcoming them and involving them in classes, in the sense of questioning and emancipatory thinking, becomes a perspective for the teaching of philosophy in adult education (EJA). Therefore, it is essential to invest in specific continuing education for teachers, adapt teaching materials to diverse realities, and value this subject within school curricula for social inclusion and the emancipatory exercise as a citizen and a subject of rights and transformative knowledge.

Keywords: Philosophy Teaching; Youth and Adult Education; Emancipation

¹ Mestranda em Filosofia (PROF-FILO/UFCG). Professora da Rede Pública de Ensino do Estado da Paraíba. Email: janaiphilos@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5276750134261681>

² Doutora em Educação (UFPB). Professora Adjunta de Filosofia (UFPB). Email: rosemariyarinhodasilva@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0906857582898847>

Introdução

O ensino de filosofia, no Brasil, é marcado por diversas idas e vindas no currículo, refletindo posições políticas, como também ideológicas (Chauí, 2008) sobre a finalidade do Ensino Médio, que indica uma disputa entre a visão mercadológica e a posição de sujeitos de direito dentro do próprio sistema escolar. Tal disputa, de certa maneira, interfere no processo de ensino e aprendizagem da filosofia, desde chegada dos jesuítas, até seu retorno ao currículo, de modo pleno, 2008, com a Lei 11.684. Posteriormente, questionada na BNCC (2017), é marcada por lutas para se estabelecer enquanto um componente curricular que contribui para exercícios emancipatórios com jovens estudantes na formação de sujeitos de direito.

Se a afirmação da filosofia é desafiadora no Ensino Médio regular, com estudantes em faixa etária indicada, no horário diurno, com tempo para dedicação aos estudos e leituras, redobra-se o desafio quando se verifica que as realidades de jovens adultos/as e adultos/as, que em determinado momento, se evadiram da escola e retornaram para complementação e conclusão de seus estudos. Estudantes que, estando, em sua maioria, no mundo do emprego, ver na escola uma possibilidade de melhoria de vida. Neste sentido, a presença da filosofia na Educação de Jovens e Adultos - EJA se torna uma oportunidade de enfrentamento da tensão entre mercado e cidadania, e afirmação do ensino comprometido com uma formação pensante, reflexiva e emancipadora, a partir do exercício enquanto sujeito de direito.

Este artigo afirmar que o ensino de filosofia na EJA é espaço de produção filosófica, buscando não apenas uma adaptação metodológica, mas, sobretudo, um sentido para se fazer filosofia nesse ambiente pedagógico e nessa realidade complexa vivenciada tanto por professores/as quanto por estudantes. Com isso, o nosso problema se concentra no seguinte questionamento: quais os principais desafios enfrentados no ensino de Filosofia dentro da Educação de Jovens e Adultos, e quais perspectivas para um caminho emancipatório? A relevância da nossa produção se justifica pela necessidade de abordagem do ensino de Filosofia que não seja massificado, mas que afete a/o estudante diante de suas múltiplas vivências. Pensar o ensino de Filosofia, a partir do “chão da escola” da EJA é seguir no caminho oposto à cultura de massa e mercadológica.

Para tal, tem como objetivo geral compreender os principais desafios enfrentados no ensino de Filosofia dentro da Educação de Jovens e Adultos, como também perspectivas para um caminho emancipatório. Propomos os seguintes objetivos específicos: apresentar percursos históricos do ensino de Filosofia no Brasil com foco na EJA; identificar os desafios do ensino de Filosofia na Educação de Jovens e Adultos; e apontar perspectivas que contribuam para o exercício do pensamento reflexivo e emancipatório de estudantes jovens e jovens adultos/as.

A base teórica e metodológica se concentra na revisão bibliográfica, com autores/as estudados/as em disciplinas obrigatórias do núcleo do Mestrado Profissional em Filosofia – PROF-FILO, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. São filósofos/as que discutem o problema do ensino de Filosofia e, em especial, documentos oficiais que tratam da EJA, bem como outros autores que abordam a questão da educação emancipadora. Foram utilizados como referenciais teóricos como Cerletti (2009); Deleuze e Guattari (2010); Carvalho (2024); Freire (2019); Velasco (2022); Rodrigues (2021); Rancière (2015); Schnorr (2024; 2019) entre outros/as pesquisadores e pesquisadoras. As fontes citadas acima foram

selecionadas a partir de artigos científicos, livros e documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Base - LDB, Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN-EJA, Base Nacional Comum Curricular – BNCC entre outros. Com isso, se percorre o ensino de filosofia, em chão brasileiro, com foco na EJA para o mergulho em desafios e perspectivas que abram caminhos para um ensino de filosofia contextualizada – eis os tópicos de divisão do artigo. Para tal, afirmamos o ensino de Filosofia como um problema filosófico, pois nos remete ao exercício das perguntas filosóficas, com jovens e adultos, partindo de suas realidades diversas e conflitivas a fim de promoção do exercício do pensamento e da problematização emancipatória.

A Filosofia e seu ensino no Brasil – encontros e desencontros

Dentro de um breve panorama do problema do ensino de Filosofia no Brasil, procuramos apontar alguns elementos históricos, desde o evento da invasão da terra Pindorama até as últimas reformas do Ensino Médio na década de 2010-2020, pautando-se a tensão entre uma visão mercadológica/colonial do ensino e a luta pela construção cidadão do ensino na afirmação de sujeitos de direito. Esse processo pode ser compreendido em quatro grandes momentos: o período colonial, o período imperial, o período republicano e contemporâneo observados, de modo breve e em linhas gerais, neste artigo.

Entre o período colonial e começo do século XX há uma escolarização voltada para quem estava no controle das instituições estatais e empresariais no Brasil (Santos, 2016). No século XX, em meio a diversos movimentos de grupos excluídos do sistema escolar, se estabelece a questão do ensino público e gratuito. É o momento expressivo de lutas históricas pela terra, pela vida de qualidade, pela dignidade humana negada, desde a colonização, através do sistema escravista. É expressiva a luta pela alfabetização de jovens e adultos que, diante das demandas de emprego, não consigam se manter no ambiente escolar. Aqui destaca-se Paulo Freire como um expoente potencializador desta luta.

As ditaduras e as perseguições, vivenciadas entre as décadas de 60-80, fecharam espaços e causaram retrocessos, deixando explícita a situação permanente de lutas para conquistas de direitos básicos dentro das decisões envolvendo o Estado brasileiro. Se o Estado é um campo de disputa, a instituição escolar é um campo de batalha entre aqueles/as que se apoderam das manobras públicas para se manter no comando. Em contraponto, aqueles/as grupos historicamente excluídos, à medida que se percebem e se auto afirmam donos/as da palavra, se posicionam como sujeitos capazes de dizer-se a si mesmos/as em suas demandas coletivas para garantias públicas de vida digna. Neste contexto de luta se situa a filosofia latino-americana – uma construção conceitual desde o lugar negado dos povos excluídos e explorados. Tal filosofia inicia um processo de aproximação conceitual com as realidades de exclusão implicando numa suspensão de uma filosofia formalista, forçada no conteúdo tal como está nas tradições consideradas canônicas desde a Grécia até a França ou Alemanha. De acordo com Schnorr e Valse (2019), diante da produção da filosofia latino-americana

primeiramente, é necessário afirmar que ela surgiu dentro do contexto de questionamentos em diferentes áreas do conhecimento – sociologia, psicologia, teologia, direito, antropologia e outras – que buscavam uma forma de pensar suas questões independentemente das teses e categorias indoeuropeias. Procuravam produzir um pensamento original, e não ser meros repetidores

e/ou comentadores de intelectuais indo-europeus ou norteamericanos de suas respectivas áreas (s/p.).

A Filosofia da Libertação, mesmo em tempos de ditadura militar, mesmo com a proibição da filosofia nas salas de aula do Ensino Médio, trilha a busca por uma história da filosofia com os grupos excluídos, marcada por dor, luta, enfrentamentos e determinação. É entender que o problema filosófico passa a ser a própria realidade do povo latino-americano. Trata-se de uma Filosofia enraizada na luta popular — poderíamos até propô-la como uma “filosofia experienciada na pele” — que parte da vivência de um povo para alcançar o coletivo. Dussel (1984) define que tal filosofia sendo crítica da opressão, se torna “um saber teórico articulado à práxis da libertação dos oprimidos, fato que pensa em primeiro lugar, e como possibilidade crítica da linguagem” (p. 32). É uma filosofia que proporciona mergulho nas contradições de histórias latinas com suas camadas de desafio.

A filosofia brasileira contemporânea, especialmente aquela inspirada pela Filosofia da Libertação, traz a possibilidade da desconstrução de uma tradição que aprisionou as perguntas filosóficas aos moldes escolásticos-positivistas aberta ao diálogo com saberes outros de fontes indígenas, africanas entre outras. Há uma disputa e esforço para afirmação de um pensamento contextualizado em diálogo com outras realidades e saberes, e conceitos provindos de tais conexões. Neste sentido, ao tratarmos da filosofia como um campo de batalha, também podemos traçar o seu ensino nesta direção no processo de escolarização brasileira. O ensino de filosofia se configura como um campo de pesquisa filosófica que se apropria destes movimentos de desconstrução e se afirma como um espaço de recolocação de perguntas e inquietações filosóficas. Ele é marcado por movimentos variados e, sobretudo, por inúmeros desafios a serem enfrentados e superados dentro e fora da própria produção filosófica.

O ensino de filosofia foi retirado da educação básica (1971–1996), permanecendo exclusivamente em algumas escolas particulares, e de modo isolado no ensino superior (Schnorr, 2019). Com isso, não houve a consolidação do seu campo de pesquisa perdendo uma significativa linha de tempo, que causa uma situação, quase de permanência desconfiança: para quê filosofia nesta modalidade de ensino? Sem um processo consolidado de ensino-aprendizagem vamos nos deparar com aulas de Filosofia, com apenas 1 aula semanal, ministradas por profissionais não graduados/as, ou mesmo graduados/as, com o único intuito de complementação da carga horária; com aulas colocadas em horários difíceis; com material didático de difícil linguagem e adaptação as turmas com uma desumana quantidade de estudantes; estudantes, em sua maioria, sem acesso à compreensão da leitura e interpretação de texto em suas vidas.

Na Lei de Diretrizes e Base - LDB/1996 (Brasil, 1996) a filosofia reaparece como um conteúdo transversal – ou seja, que não precisa estar no currículo como um componente. Foram 10 anos de debate e afirmação para que fosse um componente na grade curricular definida nas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNEM/2006 (Brasil, 2006). Em 2008 temos a lei 11.684 (Brasil, 2008) que consolida o ensino de filosofia nos três anos do Ensino Médio. Mesmo com tal percurso legal, o seu retorno ao currículo da educação básica, continua com barreiras. Podemos, inclusive, afirmar que a filosofia se torna uma disciplina marginalizada, pois está dentro da tensão em investimento público, na escolarização, cravado pelos jogos mercadológicos de qualificação de “capital humano” (De Soto, 2001), ou seja, a exploração da potencialidade humana. É uma

luta constante a declaração do caráter cidadão do ensino, em especial, nas turmas do Ensino Médio, explicitando a contribuição da filosofia para formação de tal caráter. A ideologia da “qualificação de mão de obra para o desenvolvimento do país”, com o foco no ensino técnico e aplicável, é algo constante nas definições de políticas públicas em educação. O que percebemos, de modo evidente, na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017). Ela

se constitui como mais um desafio na histórica luta pela manutenção da Filosofia nos currículos formativos, não apenas na educação básica, em especial no Ensino Médio, mas também no Ensino Superior. Na iminência do que vem se chamando de “BNC-Formação” ou “BNC-Professor” (2019), a promulgação de uma Base Nacional Curricular, para a formação dos professores e professoras da Educação Básica, também coloca em xeque o lugar da Filosofia no Ensino Superior (Rodrigues, 2021, p. 15).

Essa percepção de que, a qualquer momento, a Filosofia pode, mais uma vez, deixar de ser obrigatória, causa assombro, medo e força. Pois, seguimos firmes. Diante das adversidades não nos enfraquecemos. Ao contrário, reforçamos a pesquisa e buscamos a afirmação do ensino de filosofia como uma área de conhecimento na CAPES, em especial com criação do Mestrado Profissional em Filosofia – PROF-FILO, seguindo os percursos legais para o doutorado. O PROF-FILO é o lugar propício para o aprofundamento e a reflexão sobre como a Filosofia é importante para a educação. A “Filosofia, na perspectiva de uma educação filosófica e de um ensino crítico-criativo do filosofar, ainda é especialmente importante à formação humana” (Rodrigues, 2021, p. 29). Esse ensino questionador e criativo, que é próprio da filosofia latino-americana que se posiciona desde as realidades de exclusão, provoca contribuição na vida de estudantes do ensino básico para além dos livros didáticos, mergulhado e submerso em contextos e realidades plurais.

Este ensino de Filosofia contextualizado, na Educação de Jovens e Adultos – EJA, implica na posição de compromisso e responsabilidade com uma parcela da população que foi empurrada para o mundo do trabalho, por vezes, de modo precário e profundamente explorado. Ou seja, aproximar a Filosofia daqueles/as que foram colocados/as de fora da escolarização por assumirem a condição de adultos/as impedindo-os/as de estarem na escola no tempo regular. Neste sentido, tal aproximação se coloca como desafio ao fazer filosófico no Ensino Médio na modalidade da EJA.

Ensino de filosofia e a Educação de Jovens e Adultos - EJA: desafios despontados

O ensino de Filosofia, na EJA, é desafiador tanto para estudante quanto para professores/as. Pois, precisa ser levado em conta a diversidade de faixas etárias entre estudantes, os diferentes níveis de alfabetização e letramento, além da variedade de vivências pessoais e de interesses no retorno à escola. Cerletti (2009) afirma que

um bom docente será alguém que se situa à altura dessa responsabilidade e problematiza, sempre, que é o que ele ou ela realiza enquanto ensinante e, em nosso caso, que sentido há em fazê-lo sob a denominação “filosofia”. Os melhores professores e professoras serão aqueles que possam ensinar em condições diversas, e não só porque deverão ser capazes de repensar, no dia a

dia, os próprios conhecimentos, sua relação com a filosofia e o marco em que pretendem ensiná-la (Cerletti, 2009, p. 9).

Mediante a revisão do próprio conhecimento, a relação com a filosofia e a decisão política da posição para o seu ensino, Cerletti (2009) aponta a profundidade do desafio, em especial para professores/as formados/as num ensino conteudista. No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em que as condições são adversas, a Lei de Diretrizes e Bases – LDB, de forma objetiva, no Art. 37, assegura que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” (Brasil, 1996). Ela foi pensada para que o acesso e a permanência na formação intelectual, de forma gratuita, fossem garantidos para quem se evadiu da escola cedo demais ou nem chegou à escola durante a infância ou adolescência.

Por diversos motivos, muitos/as pessoas não puderam iniciar ou concluir os estudos na idade adequada. A LDB “reconhece a EJA como instrumento de aprendizagem ao longo da vida, destacando sua importância para a inclusão social e o desenvolvimento crítico dos sujeitos” (Brasil, 1996). Nas salas de EJA encontramos pessoas que foram invisibilizadas pelo Estado e, conseqüentemente, pela escola.

O lugar da filosofia, nesse contexto, é o de construir um pensamento filosófico. Para Carvalho (2024) “a Filosofia é tanto criação quanto criadora dos contextos sociais e epistemológicos do seu presente. O filosofar é tanto ação quanto produto do pensamento” (p. 17). O pensamento se torna ação – o conceito se faz no diálogo criativo com a realidade e com sua história. A filosofia, na EJA, é provocada como o exercício do pensamento realizável, de modo simples e permeado do contexto social, assumido como forma de estudo conceitual. A cada aula, o/a professor/a de filosofia, ao perceber no olhar do/da estudante o cansaço físico, de uma jornada exaustiva de emprego, das atividades domésticas, das atividades sub-remuneradas, por exemplo, gravidez na adolescência e busca por subsistência, precisa perguntar-se por seus conteúdos e suas metodologias – o que faz sentido, nestas circunstâncias, para que o ensino de filosofia faça sentido?

Para adaptação do currículo ao contexto vivido é necessário um sentido de sensibilização para a filosofia se faça presente num ensino acolhedor, contextualizado e atento à trajetória de estudantes jovens/adultos e adultos/as. Um/uma professor/a atento/a ao seu contexto e ao contexto à sua volta, que traz tal atenção para dentro do planejamento e execução das aulas, de modo sistemático. Um/uma professor/a que se desafia a ler documentos e textos para além de sua formação universitária específica. Por exemplo, se na graduação estudou Platão, que seus planos de aula, no Ensino Médio não se concentre apenas em Platão – que se tornou seu lugar de conforto e de segurança. Velasco (2022) afirma, diante da questão do ensino e da aprendizagem, que nossas aulas “não devem priorizar apenas o que já foi pensado” (p. 339). O que foi definido como conteúdo para o ensino de filosofia deve estar em revisão frente as demandas e as necessidades apresentadas por turmas de EJA.

Com isso, não se pretende a perda da finalidade do ensino de filosofia, que é desafiar a racionalidade automatizada, as verdades absolutizadas e os conhecimentos estagnados e engaiolados. Ao contrário, trata-se de enfrentamento de contextos externos desafiadores que provocam uma revisão na própria racionalidade conteudista do/da professor/a. É a percepção de que conceito se

elabora na mediação entre a realidade e a posição de sujeito de direito e de conhecimento diante de tal realidade (Freire, 1985). Por isso, ele contribui para provocar os/as estudantes à reconstrução racional e questionadora (Brasil, 2006) de seus próprios argumentos e opiniões. Pois, reproduzir a história da Filosofia ou trazer os clássicos filosóficos descontextualizados da realidade faz com que as aulas de Filosofia não tenham sentido para estudantes bombardeados/as pelas demandas de emprego e tarefas difíceis e exigentes provindo do mundo do trabalho.

Neste sentido, Cerletti (2009) destaca que a docência em Filosofia não deve se limitar à simples transmissão de conteúdo ou à aplicação de métodos pedagógicos mecânicos, que geralmente se distanciam da realidade do/a estudante. Ao contrário, o/a professor/a de Filosofia é um pensador/a e, como tal, deve ele/ela mesmo/a exercitar o raciocínio e o pensamento conceitual articulado com as vivências imanentes. Dessa forma, evita-se a reprodução de um conhecimento mecânico e tecnicista. Ele ainda afirma que “toda formação docente deverá ser, em sentido estrito, uma constante autoformação. E toda autoformação supõe, em última instância, uma trans-formação de si” (Cerletti, 2009, p. 10). Nesse sentido, a Filosofia é uma transformação do/da estudante em sujeito que afirma seus direitos e o pensamento como um direito de existência.

Assim sendo, para que o ensino de Filosofia seja de fato filosofante, na EJA, esbarramos em outro desafio, não conceitual, mas estrutural: a falta de formação específica em Filosofia por parte de diversos/as professores/as que atuam neste componente. Isso pode comprometer a qualidade da abordagem filosófica. Mesmo entre os/as professores/as formados/as na área, percebemos que a formação continuada, após a graduação, voltada especificamente para a EJA é, muitas vezes, insuficiente e, em grande parte, inexistente. Pensar uma proposta metodológica do Ensino de Filosofia voltada para EJA é algo que ainda vem sendo abordado de forma singela. No entanto, podemos avançar na pesquisa do ensino de filosofia na direção de superação de tal defasagem.

Assim, a Velasco (2022) aborda que não se pensava o ensino da disciplina como uma questão filosófica. A partir do Grupo de Trabalho – GT “Filosofar e Ensinar a Filosofar”, da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia – ANPOF, iniciaram-se pesquisas que trataram do ensino de filosofia, principalmente considerando-o como uma prática filosófica dentro da sala de aula. Velasco (2022) ainda nos chama atenção para o problema da transmissibilidade filosófica: “afinal, o que estamos trabalhando em sala de aula é, de fato, Filosofia?” (p. 5). Mesmo diante das adversidades da EJA, se o/a professor/a é graduado/a em Filosofia terá uma base histórico-filosófica que contribui como critério do que é ensinável e do que é superficial dentro do seu plano de ensino. Para Rodrigues (2023), a formação docente em Filosofia, durante muitos anos, esteve mais voltada para elementos centrados no/na professor/a, estudantes e conteúdo como elementos separados. Porém, a lacuna nas graduações é a abordagem pouco desenvolvida entre a Filosofia e o ensino de Filosofia, como um problema filosófico, ou seja, como uma indagação conceitual.

Um outro elemento desafiador, no sentido estrutural, é a carência de material didático adequado, considerando que os livros disponíveis são, em sua maioria, pensados para o Ensino Médio regular, o que já representa uma forma de exclusão para estudantes da EJA. Cerletti (2009) nos convida a refletir sobre a relação entre o conteúdo filosófico e o próprio ato de filosofar, na direção de o/a professor/a-filósofo/a precisa adequar o material didático, utilizando associações

e distinções diante do contexto da turma. Por isso, o ensino de filosofia está intrinsecamente ligado ao filosofar.

Mediante desafios conceituais e estruturais, afirma-se que o exercício do filosofar é composto de repetição e criação. Para Cerletti (2009), “o que definirá a potência de um filosofar é a preponderância dos elementos de novidade ante os de continuidade” (p. 33). Tanto os conteúdos quanto as metodologias de ensino de filosofia devem ser estruturados nesta relação intrínseca e dinâmica entre repetição e novidade. A repetição é uma condição ou possibilidade da criação. Dessa forma, podemos provocar pensamentos novos ou perguntas ainda não formuladas a partir de conteúdos ou temas existentes na história da filosofia.

O problema do ensino de Filosofia, como problema filosófico, abre para o potencial emancipador da filosofia, pois a provocação conceitual faz o/a outro/a re-ver seus argumentos e opiniões. O despertar sobre aquilo que está sendo lido e o que está sendo vivido é elemento que se encontra entre a repetição e a criação. Cerletti (2009) ainda afirma que o filosofar abrange aspectos objetivos presentes na historicidade da Filosofia, como também subjetividades que compõe o ato de criação.

O fato de que ambos os aspectos estejam entrelaçados significa que o filosofar é uma construção complexa em que cada filósofo, ou aprendiz de filósofo, incide singularmente naquilo que há da filosofia. Podemos dizer que, em sentido estrito, é disto que trata o pensar: intervir de maneira original nos saberes estabelecidos de um campo. Quem filósofo pensará os problemas de seu mundo em, desde ou contra uma filosofia (Cerletti, 2009, p. 33).

As aulas da EJA no sentido do filosofar precisam estar repletas destes elementos objetivos e subjetivos a fim de que estudantes ao dialogar com suas vivências possam redesenhá-las naquilo que lhe retira a humanidade e os exclui de uma vida digna. Um filosofar entre filosofia-do-passado e filosofia-do-presente, problematizando conceitos que sustentam exclusão e desigualdades – eis uma seta que indica o caminho da emancipação. Um filosofar que provoque o/a professor/a repensar sua própria prática. Pois, não há uma receita. Ao contrário, o que funciona para uma turma pode não funcionar para outra. Uma aula contextualizada pode ser uma trilha aberta para exercícios filosóficos e emancipatórios. Um caminho para posicionamento de estudantes participantes e questionadores/as. Talvez, dentro de tantos desafios, possamos encontrar pistas para um ensino de filosofia que reúna a historicidade e a realidade de estudantes da EJA, a partir da postura de sensibilização.

O ensino de filosofia e EJA – perspectivas para o exercício do pensamento reflexivo e emancipatório

O ensino de Filosofia, na EJA, poder ser compreendido como uma oportunidade privilegiada para promoção do exercício do pensamento reflexivo e emancipatório com estudantes enquanto sujeitos de direito. Como propõe Cerletti (2019), “se pretendermos ensinar filosofia filosoficamente, nas situações de ensino deveríamos pôr em ato – e não somente explicar – essa concepção de filosofia”. Ou seja, uma filosofia contextualizada entre a objetividade e a subjetividade na confecção de conceitos (Deleuze e Guattari, 2010) em sala de aula, com questões para advém do lado de fora das quatro paredes.

A abordagem conteudista ou tecnicista, no Ensino Médio, que sustenta uma filosofia como uma tradição fechada em si mesma, focada na leitura universalista dos textos clássicos, sem abertura à realidade de estudantes da EJA, precisa ser enfrentada. Tal enfrentamento se situa na disputa entre a visão mercadológica e a posição de sujeitos de direito dentro do próprio sistema escolar. Significa abertura para o ensino de filosofia que priorize um ambiente de sensibilização, de escuta mútua, diálogos e valorização dos saberes provindos da história da filosofia como também daqueles vivenciados por estudantes em suas realidades plurais.

A construção de um espaço de questionamento sobre o meio em que estão inseridos/as é um exercício filosófico e emancipatório. Para Cerletti (2019), o/a professor/a-filósofo/a “poderia propor perspectivas de análise que tentem desnaturalizar o que parece óbvio, permitindo assim construir olhares problematizadores da realidade. A filosofia na escola nunca teria que ser ‘mais do mesmo’, já que lhe é próprio incidir no que há” (p. 52). Reafirmamos que nossa prática filosófica e pedagógica deve estar apoiada na objetividade e subjetividade que compõe os conceitos filosóficos.

Este posicionamento político-pedagógico do ensino de filosofia contextualizado, promotor de caminhos emancipatórios, se apoia em Freire (2019) quando afirma que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (p. 47). Ele aponta que o/a professor/a abandona a posição de autoridade e assume o papel de mediador/a do conhecimento, reconhecendo que “ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 2019, p. 95). Com isso, a Filosofia é questionada como um saber abstrato e distante e pode ser afirmada como uma prática diária e libertadora, ou seja, um modo de interpretação do mundo e da realidade interrogando as relações que fundamental tal interpretação. Não é apenas ensinar conteúdos filosóficos, mas fazer com que as aulas sejam filosofantes, respeitando os limites, o tempo e a trajetória de cada um/a: estudantes e professores/as. Cerletti (2019) afirma que “ensinar filosofia é dar um lugar ao pensamento do outro” (p. 87). Trata-se de um processo de sensibilização para que estudantes invisibilizados/as possam tomar lugar como pensantes e construtores/as de realidades dignas e justas enquanto sujeitos de direito.

Nesta direção, o ensino de filosofia, na EJA, é permanência e movimento. É criação e repetição. É a arte de confecção de conceitos (Deleuze; Guattari, 2010). Um ensino como arte e criação, reafirmando o problema como provindo da realidade vivida. Com isso, na EJA, o estudo de conceitos implica na participação ativa de estudantes, incentivando, por meio do diálogo, as leituras da realidade vivida, de modo conceitual, de forma simples e sistematizada. Para que aconteça a emancipação do pensamento, é necessário, primeiro, uma tomada de decisão: o sentido de estar estudante é o mergulho nas nossas contradições. Rancière (2015) afirma que só é possível a emancipação do sujeito por meio da igualdade social, sendo ela o ponto de partida para que tal processo aconteça. Para ele, não há pessoa que não diga de sua própria vida. É um processo de sensibilização para que o/a outro/a rompa com o silenciamento vivido historicamente em estruturas desiguais e excludentes. É necessário emancipação das inteligências.

Considerações finais

Em suma, o ensino de Filosofia, na EJA, revela-se um desafio complexo, mas também uma oportunidade única de transformação de realidades de pessoas que estavam a margem da educação formal. Desta forma, a compreensão dos principais desafios enfrentados no ensino de Filosofia dentro da Educação de Jovens e Adultos, como também perspectivas para um caminho emancipatório contribui na construção do pensamento contextualizado, com pessoas invisibilizadas nas redes de ensino e nas estruturas sociais brasileiras. Um dos principais desafios é o enfrentamento da disputa entre a visão mercadológica e a posição de sujeitos de direito dentro do próprio sistema escolar e social. O ensino de filosofia, quando praticado como uma atividade filosófica, pode se transformar em um instrumento emancipatório. Para isso, um ensino dialogado com a vivência plural oferece pontes entre a historicidade da Filosofia e as realidades das turmas da EJA. É pensar o ensino de Filosofia como lugar voltado para a escuta, o respeito e o diálogo com o/a outro/a como outro/a. Desta forma, encontrar caminhos nas perguntas filosóficas para espaços de visibilidade com estudantes ensinados/as a ficarem no anonimato. Aulas como estímulo com cidadãos/cidadãs, para caminhos emancipatórios, num processo de escolarização que transforme realidades.

As contribuições de pensadores/as, presente neste texto, nos oferecem fundamentos teóricos para repensar o lugar do ensino de filosofia no Ensino Médio, na modalidade da EJA, incentivando a criação coletiva de conceitos e a valorização do saber do/a outro/a. É necessário, portanto, que o/a professor/a-filósofo/a assuma um papel ativo na mediação desse processo, reconhecendo que a filosofia não é um conhecimento estático, mas um movimento dinâmico de criação e reinvenção do pensamento. Isso só é possível quando colocamos o/a nosso/a estudante como centro das nossas atividades filosóficas e pedagógicas.

Assim, para que a Filosofia cumpra seu papel na EJA, faz-se imprescindível o investimento em formação continuada específica para professores/as, a criação de materiais didáticos às realidades plurais e a valorização desta disciplina dentro dos currículos escolares. Só assim o ensino da Filosofia deixa de ser uma disciplina marginal e passe a ocupar um lugar de contribuição ativa com movimentos de emancipação intelectual e social daqueles/as que, por diversas causas, tiveram sua trajetória escolar interrompida. Portanto, o ensino de Filosofia, na EJA, deve ser encarado como uma prática transformadora, capaz do exercício do pensamento conceitual historicizado, reafirmando a importância da escolarização para a equidade, a justiça e a cidadania plena.

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR 3ª Versão**. Brasília, 14 de dezembro de 2018. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. Lei Ordinária n. 11.684, de 03 de jun. de 2008. Altera o art. 36 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a filosofia e a sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC**. Brasília, p. 1-2, jun. 2008. Disponível em:

http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viwer_Identificacao/lei%2011.684-

2008?OpenDocument. Acesso em: 03 jan. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Orientações curriculares para o ensino médio: Ciências humanas e suas tecnologias**. Vol. 3. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 05 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. *Diário Oficial da União: Seção 1*, Brasília, DF, 10 ago. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/EJA.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2025.

CARVALHO, Flávio de. O Ensino de Filosofia: entre problemas epistemológicos e questões sociais. *Revista Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 38, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/68023/39510>. Acesso em: 1 mar.2025.

CERLETTI, Alejandro. *O ensino de filosofia como problema filosófico*. Trad. de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.

CHAUÍ, Marilena de Souza. O Que é Ideologia. 2 Edição. São Paulo: Editora: Brasiliense, 2008. Disponível em: [O Que É Ideologia M. Chauí](#). Acesso em 02.nov.2025

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é filosofia?* Tradução Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2010.

DE SOTO, Hermando de. O Mistério do Capital. Por que o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo? Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

DUSSEL, Enrique. Caminhos da Libertação Latino-Americano III – Interpretação ético-teológico. São Paulo: Paulinas, 1984.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. Por uma pedagogia da pergunta. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

MARQUES, Lúcio Álvaro. Em busca de uma filosofia brasileira. *Veritas*, Porto Alegre, v. 66, n. 1, p. 1-12, jan-dez. 2021.

RANCIÈRE, Jacques. O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Trad. Lillian do Valle. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

RODRIGUES, Valter Ferreira. Das filosofias errantes no ensino filosófico. In:

RODRIGUES, Valter Ferreira; CARVALHO, Flávio de (orgs.). Filosofia para não filósofos: perspectivas e itinerários para o ensino da filosofia – vol. 1. João Pessoa: Editora UFPB, 2021. Disponível em: <https://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/829/953/8439> Acesso em: 1. mar.2025.

SANTOS, Thiago Ferreira. Panorama histórico da filosofia no Brasil: Da chegada dos jesuítas ao lugar da filosofia brasileira na atualidade. *Revista Seara Filosófica*, (12), 113-127, 2016.

SCHNORR, Giselle Moura; CUSTÓDIO, Luiza Aparecida Elias. Contribuições de Pesquisas Qualitativas em Ações Interculturais e Anticoloniais na Educação. *Revista Cactácea*. Decolonialidade antropofágica: quanto mais devemos progredir?, v. 4, n. 12, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://rft.ifsp.edu.br/ojs/index.php/revistacactacea/article/view/130/139>

Acesso em: 1 mar. 2025.

SCHNORR, Giselle Moura; VALESE, Rui. *Filosofia latino-americana e brasileira*. Curitiba: Editora Intersaberes, 2019.

VELASCO, Patrícia Del Nero. O estatuto epistemológico do Ensino de Filosofia: uma discussão da área a partir de seus autores e autoras. *Pro-Posições*, Campinas, v. 33, e20200018, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/867151>

Acesso em: 1 mar. 2025.

Recebido em: 02/2026

Aprovado em: 05/2026